

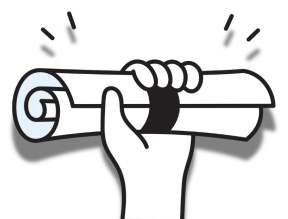
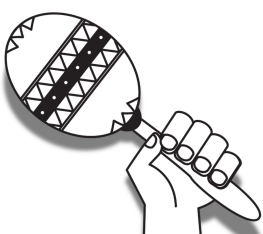
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - DPsi

**MOVIMENTO SOCIAL COMO RESISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE: PROCESSOS
DE SUBJETIVAÇÃO EM UM COLETIVO DE CAUSAS INDÍGENAS**

Docente: Mário Henrique da Mata Martins

Discente: Tyfany Maia de Oliveira

São Carlos - SP, 2026



TYFANY MAIA DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO SOCIAL COMO RESISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE: PROCESSOS
DE SUBJETIVAÇÃO EM UM COLETIVO DE CAUSAS INDÍGENAS**

O presente trabalho foi realizado com a finalidade de cumprir o currículo de formação do curso de Psicologia por meio da disciplina de Monografia do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. A monografia é um trabalho acadêmico que exige a elaboração de um projeto de pesquisa, no qual são definidos tema, objetivos, referencial teórico e metodologia. O projeto foi desenvolvido sob orientação e supervisão do Prof. Dr. Mário Henrique da Mata Martins.

São Carlos - SP, 2026

Oliveira, Tyfany Maia de

Movimento social como resistência na universidade:
processos de subjetivação em um coletivo de causas
indígenas / Tyfany Maia de Oliveira -- 2026.
51f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Mário Henrique da Mata Martins
Banca Examinadora: Rafaela Costa Crisóstomo
Bibliografia

1. Subjetivação. 2. Povos indígenas. 3. Movimento social
. I. Oliveira, Tyfany Maia de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Dedicatória

Em memória de minha mãe, Maria Marta, que por nome indígena se chama Yepario, cujo significado é irmã mais velha.

Agradecimentos

Esta pesquisa é fruto de um trabalho coletivo. Sou grata a cada pessoa que se encontra no plano físico e não físico que me apoiou ao longo deste percurso. Especialmente à minha mãe, Marta, que ancestralizou, mas que em vida me incentivou a estudar, e se hoje estou aqui, é, em grande parte, por conta dela. Sou grata aos indígenas e indigenistas que lá atrás lutaram para que chegássemos à universidade, e também aos parentes e aliados não indígenas que seguem lutando para que permaneçamos nesse espaço com dignidade, como os movimentos do CCI, NALDEIA e PET Indígena, dos quais tenho orgulho de fazer parte.

Sou grata também aos familiares que, mesmo distantes, continuam fazendo parte da minha caminhada, em especial à minha avó, Felisberta, que deixou de falar “por que você tem que estudar longe?”, para dizer: “se tá indo estudar longe, é pra estudar direito!”. Acho que consegui, vó! Agradeço ainda, aos que tornaram esta trajetória longe de casa menos sofrida, que me fazem companhia na rotina da vida, seu afeto e apoio me deram e dão saúde para prosseguir. Em especial aos meus irmãos Tati e Vini, à minha prima Brenda, ao meu companheiro Tiago e aos amigos que fiz na universidade, Cau, Gui, Carlinha, Alanis, Cleide, Fê, Luvas e Mendes.

Agradeço ao grupo de pesquisa Linguagens da Ação Pública, pelo aprendizado compartilhado e conversas trocadas. Por fim, ao meu orientador, Mário, que me apoiou e orientou-me com maestria, enxergando minhas potencialidades e me ajudando a desenvolvê-las.

Anu!

*Como se pode ser culto e sábio se não se conhece – e o que é bem pior – não se aceita
conhecer outras culturas e sabedorias?*

- Gersem Baniwa

Apresentação

Sou indígena do povo *Yepá Mahsã*, mais conhecido como povo Tukano, nasci e cresci até os 17 anos em uma cidade do interior do Amazonas, São Gabriel da Cachoeira, a cidade mais indígena do Brasil. Ingressei na universidade graças ao vestibular indígena da Universidade Federal de São de Carlos, e desde então tenho estadia fixa na cidade de São Carlos para cursar Psicologia. A pesquisa que apresento é atravessada pela minha própria experiência de estar na universidade como indígena, por cada tensionamento vivido entre mundos, por cada tentativa de existir em espaços que nem sempre foram pensados para nós.

Rubem Alves (2008) nos lembra que “ostras felizes não fazem pérolas”. A pérola surge do incômodo, do encontro com um grão de areia que fere a carne. A ostra, então, envolve o grão e o transforma, fazendo da dor, criação. Ao evocar isso, quero fazer um paralelo com minha motivação de pesquisa: há um grão de areia histórico, geracional e sistêmico que atravessa a presença indígena no ensino superior: a colonialidade. É dessa intersecção que emerge a motivação de envolver-me ainda mais, desta vez, respaldada cientificamente, ou seja, de pesquisar para dar voz aos estudantes indígenas.

A partir do campo-tema proposto por Spink (2003), compreendo que o campo de pesquisa não é um território neutro a ser visitado, mas uma rede viva de relações, sentidos e histórias que já nos atravessa antes mesmo de qualquer definição metodológica. Ao me vincular a esta temática, eu já estava implicada nela. Não se trata, portanto, de “entrar” em um campo, mas de reconhecer que ele já me habitava. Nas palavras de Ailton Krenak (2019) e de Daniel Munduruku (2012), o corpo indígena já nasce atravessado por uma história de luta e continuidade. Não começamos do zero, carregamos histórias, responsabilidades e vínculos que antecedem a nossa própria consciência.

Reconhecer-me enquanto pesquisadora implicada neste campo-tema, significa assumir uma postura de responsabilidade com os princípios que orientam a pesquisa, buscando

estabelecer uma relação honesta e reflexiva com os dados, de modo a produzir análises consistentes e fundamentadas. E é a partir dessas concepções que vos apresento meu trabalho de monografia.

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender os modos de subjetivação de participantes de um movimento social de causa indígena atuante na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O estudo investigou como as práticas sociais do movimento impactam a subjetividade dos participantes. A pesquisa se insere no contexto das ações afirmativas para indígenas na UFSCar e da luta por maior representatividade no ensino superior, especialmente na pós-graduação. Para isso, fundamenta-se teoricamente nos conceitos de movimento social e modos de subjetivação, sob a ótica de Manuel Castells e Michel Foucault, respectivamente. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, empregando entrevistas semiestruturadas com os colaboradores. A pesquisa contou com a colaboração de 07 integrantes do movimento, todos com idade superior a 18 anos. A partir da análise temática feita das transcrições das entrevistas semiestruturadas, puderam ser identificadas 4 categorias principais no que se refere às percepções emergentes das práticas do movimento: a) o grupo como espaço de afirmação das epistemologias indígenas e de produção de conhecimento decolonial; b) a defesa do acesso e permanência no ensino superior para indígenas e consequente representatividade nesses espaços; c) o grupo como espaço de apoio, acolhimento e pertencimento; d) coletividade como fator fundamental para manutenção do movimento. A partir disto, foram identificados os modos de subjetivação vinculados à reafirmação da identidade indígena como portadora de conhecimentos válidos, bem como a desindividualização do sofrimento. Ambos, impactam positivamente as condições de permanência dos estudantes indígenas no ensino superior, revelando a importância do movimento para este público.

Palavras chave: movimento social, modos de subjetivação, povos indígenas, ensino superior.

RESUMEN

Esta investigación buscó comprender los modos de subjetivación de los participantes de un movimiento social de causa indígena activo en la Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). El estudio investigó cómo las prácticas sociales del movimiento impactan la subjetividad de los participantes. La investigación se inserta en el contexto de las acciones afirmativas para indígenas en la UFSCar y de la lucha por una mayor representatividad en la educación superior, especialmente en el posgrado. Para ello, se fundamenta teóricamente en los conceptos de movimiento social y modos de subjetivación, bajo la óptica de Manuel Castells y Michel Foucault, respectivamente. El estudio adoptó un enfoque cualitativo, realizando entrevistas semiestructuradas con los colaboradores. La investigación contó con la colaboración de 07 integrantes del movimiento, todos mayores de 18 años. A partir del análisis temático realizado a las transcripciones de las entrevistas semiestructuradas, se pudieron identificar 4 categorías principales con respecto a las percepciones emergentes de las prácticas del movimiento: a) el grupo como espacio de afirmación de las epistemologías indígenas y de producción de conocimiento decolonial; b) la defensa del acceso y la permanencia en la educación superior para los indígenas y la representatividad como consecuencia en estos espacios; c) el grupo como espacio de apoyo, acogida y pertenencia; d) la colectividad como factor fundamental para el mantenimiento del movimiento. A partir de esto, se identificaron modos de subjetivación vinculados a la reafirmación de la identidad indígena como portadora de conocimientos válidos, así como la desindividualización del sufrimiento. Eso ha impactado positivamente en las condiciones de permanencia de los estudiantes indígenas en la educación superior, revelando la importancia del movimiento para este público.

Palabras clave: movimiento social, modos de subjetivación, pueblos indígenas, educación superior.

NEOKURŌ¹

Universidade Federal São Carlos pahka bu'eturiakari wi'ip̄, mari ukū tuhtuase turi na ma'mapiha bu'e wahakū tuhtuase kahāsere i'ña behsewe, bu'ese ukūri turi ni. A'te i'ña behesewe bu'ese nisa, mari ñehkus̄m̄ea, ahkawererã na ukū, a'te pahka bu'ese wi'serip̄ mari po'rã ke'rã bu'eato ni na ukū ahpokuke. Toho wego a'tere i'ña behsewe bu'egotigo a'rã p̄earã pehkasã pahka bu'ekarã na ohakukepu mipoteñoap̄ Manuel Castells toho nika Michel Foucault. Te bu'esere ohakugotigo na ma'mapiha mera nerenuhueha ukū a'mes̄o weke ni. Toho werã ni'kamuk̄se p̄apika pe'ri pehase bu'erã mera da'ranoke ni. Naa mera ukū, seriti'ña weka be'rore, ahpokū ohanoaw̄. Toho wekare maha topo'peap̄re pa'paritise turi bahuaw̄, te ni; a) Mari nisetise, mahsise, ukūse misan̄kaeha ohakū bue'se; b) Bu'eturiakã, ukūtuhua bu'ennemokãse a'ti Pahirituri bu'ese niri wip̄; c) Ti bu'eri kura po'peap̄re a'meri ma'i ehōpeo, wehepeose; d) ti bue'rikura añuro wahkū, ukūtuhtua miasekahāse. A'te bu'e, nerenuha ukū a'mes̄oke meramaha nisa na mamapihare wahkū tuhutuakã wese nisa, a'to Pahka Bu'eturiakãse weri wi'i po'peap̄re.

D̄'pokatise ohori: Mahsa nerekeha ukū wahkū tuhtuari kura, Bu'erã na nisetise, Pa'm̄eri Mahsa, Pahiri Turi Bu'ekãse.

¹ Resumo na língua indígena Tukano. Grata pelo belo trabalho de tradução da parente Carmem Tukano.

Lista de ilustrações

Figura 1. Logo do CCI

Figura 2. Logo do NALDEIA

Lista de tabelas

Tabela 1. Todas as edições do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas

Tabela 2. 5 últimas edições da Semana dos Estudantes Indígenas da UFSCar

Tabela 3. Temas de estudos no NALDEIA: 2025/2 - atual

Tabela 4. Caracterização dos Interlocutores

Lista de abreviaturas e siglas

CCI Centro de Culturas Indígenas

CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ENEI Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas

NALDEIA Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiayala

SEI Semana dos Estudantes Indígenas

UFSCar Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Ações afirmativas para indígenas e o Centro de Culturas Indígenas da UFSCar.....	14
Grupo de pesquisa NALDEIA.....	17
NALDEIA como Movimento Social e espaço de construção de si.....	23
OBJETIVOS.....	25
Objetivo geral.....	25
Objetivos específicos.....	25
MÉTODO.....	25
Interlocutores.....	26
Instrumentos.....	27
Procedimentos.....	28
PRINCÍPIOS ÉTICOS.....	29
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
Interlocutora nº 08.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

Ações afirmativas para indígenas e o Centro de Culturas Indígenas da UFSCar

Os movimentos sociais são expressões fundamentais de resistência e transformação, especialmente em contextos marcados por exclusões históricas e estruturais (Gohn, 2011). Esta característica é evidente nos movimentos indígenas do cenário brasileiro, como destaca Baniwa (2007):

Existe desde a década de 1970, o que podemos chamar de movimento indígena brasileiro, ou seja, um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas em volta de uma agenda comum de luta, como é a agenda pela terra, saúde, educação e outros direitos. Foi esse movimento indígena articulado, apoiado por seus aliados, que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o Congresso Nacional Constituinte a aprovar em 1988 os avanços nos direitos indígenas na atual Constituição Federal. (p. 59)

Desde então, os movimentos indígenas têm atuado na defesa e luta pela concretização de seus direitos. Atualmente, como desdobramento e atualização das lutas indígenas diante das demandas contemporâneas, destaca-se a busca pelo acesso e pela permanência em espaços historicamente excludentes, como o ensino superior. Sobre isso, Bergamaschi et al. (2018) falam:

O aumento significativo de escolas e de alunos aponta um crescente e acelerado processo de escolarização em terras indígenas, que sugere também a universidade como um direito, fomentando a exigência política de que se abram as portas para esse setor da sociedade brasileira até então praticamente ausente dos espaços acadêmicos. (p.39)

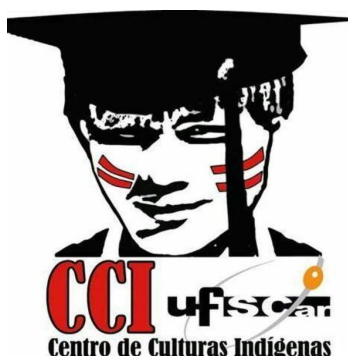
A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foi pioneira na implementação de ações afirmativas para indígenas, iniciadas em 2007 com a criação do vestibular indígena,

realizado pela primeira vez em 2008 (Dal'bó, 2010). Desde então, vem crescendo o número de pessoas indígenas nos campi da UFSCar e, por consequência, nos respectivos municípios que sediam as universidades.

Com o crescimento gradual da população indígena, em sua maioria, de estudantes, emerge a necessidade de se organizarem enquanto coletivo, formado por estudantes que compartilham trajetórias semelhantes: a saída de seu território para a jornada acadêmica, tendo ciência de que o caminho não seria fácil diante de todo racismo estrutural existente (Schmidt, 2025). Como resultado desse processo de articulação e mobilização, nasce, em 2013, o coletivo denominado Centro de Culturas Indígenas da UFSCar (CCI).

Figura 1

Logo do CCI



Esses sujeitos passam a se manter vigilantes e atuantes na defesa, no aprimoramento e na consolidação das políticas de ingresso e permanência. Essa atuação abrange desde dimensões administrativas e burocráticas até iniciativas de caráter simbólico, voltadas ao acolhimento, ao fortalecimento identitário e à valorização da diversidade dos povos indígenas presentes na universidade, em âmbito local, regional e nacional. Como exemplo desse protagonismo, destaca-se o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (ENEI), cuja primeira edição foi organizada e sediada pelo CCI no campus de São Carlos, e que hoje acontece Brasil afora, coordenada por coletivos indígenas de caráter acadêmico e/ou social de diferentes regiões.

Tabela 1

Todas as edições do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas

Ano	Edição	Local do Evento	Tema
2013	I	São Carlos - São Paulo	Metas e desafios no caminho do Ensino Superior
2014	II	Campo Grande - Mato Grosso do Sul	Tema não explicitado
2015	III	Florianópolis - Santa Catarina	Tema não explicitado
2016	IV	Não foi encontrado registros	Não foi encontrado registros
2017	V	Bahia - Pernambuco	Tema não explicitado
2018	VI	Dourados - Mato Grosso do Sul	Tema não explicitado
2019	VII	Porto Alegre - Rio Grande do Sul	Direitos Indígenas em perspectiva: das políticas de estado ao estado das políticas indigenistas
2022	IX	Campinas - São Paulo	Ancestralidade e contemporaneidade; tecendo histórias a partir das epistemologias, cosmologias, ontologias e vivências dos povos indígenas
2023	X	Paraíba - Pernambuco	Tema não explicitado
2024	XI	Brasília - Distrito Federal	20 anos demarcando as universidades: luta e resistência, efetivando a permanência
2025	XII	Manaus - Amazonas	Direitos humanos e justiça climática: as ciências indígenas como rede de trocas para o equilíbrio humano no mundo terrestre.

Nota. Dados obtidos na página do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas no Instagram (@enei_oficial, 2026).

O CCI atua também com a comunidade não indígena, desenvolvendo ações orientadas por uma perspectiva de educação crítica e antirracista, promovendo o acesso a diferentes epistemologias e visões de mundo indígenas sobre temas como território, educação, saúde e modos de vida, buscando legitimar a presença indígena, que antes, era quase inexistente na universidade e no município. Dentre essas iniciativas, destaca-se a realização anual da Semana dos Estudantes Indígenas (SEI), espaço formativo e de diálogo intercultural aberto a todo público.

Tabela 2

5 últimas edições da Semana do Estudantes Indígenas da UFSCar

Ano	Edição	Tema
2020	VI	“Os reflexos da Pandemia por Covid – 19 no Contexto da Educação e Saúde dos Povos Indígenas” (formato online)
2021	VII	Conhecimentos Indígenas como sementes para a interculturalidade (formato online)
2023	VIII	“Reconstruindo Ancestralidade Fortalecendo Nosso Presente e Futuro”
2024	IX	"Intersecções de conhecimentos e o impacto no bem viver indígena nos territórios, saúde e educação"
2025	X	“Pluralidade e Ações Afirmativas e os Caminhos para a Reafirmação da Identidade Cultural na Universidade.”

Nota. Dados obtidos na Página do Centro de Culturas Indígenas no Instagram (@cciufscar, 2026)

Grupo de pesquisa NALDEIA

Algumas das demandas do coletivo indígena, que foram se revelando no processo gradual dos cursos desses estudantes, diz respeito a uma falta de identificação e pertencimento, com o conhecimento científico que vinha/vem sendo disseminado nas salas de aula e nos campos de estágio, em função de uma grade curricular de base eurocêntrica da maioria dos departamentos, que não tratavam/tratam de estudos, pesquisas ou intervenções

voltadas aos povos originários, ou feitos por estes. Sompré e Putira Sacuena (2025) corroboram com esta visão:

O acesso ao ambiente acadêmico também tem sido causa de adoecimento mental, pois, quase sempre, nos deparamos com conceitos exógenos à nossa cultura, que em nada dialogam com os nossos conhecimentos; muito pelo contrário, somos silenciados e invisibilizados nos currículos e práticas que têm como base explicações, linguagens e referências que em nada se correlacionam com as nossas realidades. (p. 2)

Para além disso, outras queixas emergentes, captadas em rodas de conversa feitas em 2022 no âmbito de uma pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), cujo enfoque incidiu sobre o coletivo indígena e seus processos educativos, mostraram a existência de um desejo de ingresso na pós-graduação, mas embora esse desejo exista, sua concretização ainda precisa ser efetivada (Aquino *et al* 2025). Tal cenário revela que tem-se priorizado o acesso à graduação por meio de uma série de políticas e incentivos que ainda não são replicadas no âmbito da pós-graduação. Isso produz um desequilíbrio preocupante na representatividade e evidencia a persistência de barreiras de acesso e permanência dessa população na continuidade do ensino superior.

O Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indigagem Abiyala (NALDEIA) surge em junho de 2023, em resposta a tais demandas do coletivo. Junto ao projeto “Aldear a Pós da UFSCar”, estudantes indígenas e aliados não indígenas se mobilizam para realizar encontros com a proposta de criar um espaço para o estudo, a reflexão e o debate sobre conhecimentos dos povos originários, apoiando a formação de pesquisadores(as) indígenas e uma produção acadêmica decolonial, bem como sua divulgação nesse meio científico. Almejando um horizonte no qual “as reflexões de autoria indígena devem deixar de serem pensadas apenas como úteis para as próprias questões indígenas, mas também reconhecidas como importantes contributos para se pensar outras

problemáticas, situações e conjunturas conceituais e políticas” (Nunez, 2022, p. 110).

Portanto, é um espaço destinado para todo público que tenha interesse.

Registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o grupo possui as seguintes linhas de pesquisa:

Estudos de Indiagem: Estudo dos processos de afirmação e reafirmação das identidades indígenas e do sentimento de pertencimento às comunidades indígenas. Fortalecimento dos princípios do bem-viver, da ecologia de saberes, da decolonialidade e das ações afirmativas.

Práticas Sociais Indígenas e Processos Educativos: Pesquisas em práticas sociais indígenas de: combate ao racismo, educação e política ambiental, educação indígena diferenciada. Identificação e compreensão de processos educativos próprios destas práticas, do educar e educar-se constituindo os/as pesquisadores/as e participantes das pesquisas em comunidade de trabalho.

Motricidades Indígenas: Estudos das Motricidades Indígenas: jogos, lutas, danças, festas, cantos, histórias, rituais e criações artísticas com características próprias de povos/comunidades indígenas, que envolvem tradição, resistência, manutenção ou transformação de tais manifestações. A diversidade de experiências dessas práticas configura-se de forma particular tanto na sua execução como na sua intencionalidade no processo cotidiano de viver-a-vida, em perspectiva decolonial.

Bem-Viver Interespécie: Refletir, debater, pesquisar o Bem-Viver Interespécies, entendendo-o como anúncio de uma ética de solidariedade, empatia e alteridade entre Seres-Humanos e Seres-Animais. Para tal, concebemos a possibilidade da interconexão conceitual entre Bem-Viver (uma epistemologia do sul por excelência de povos indígenas latino-americanos) e os Estudos Críticos Animais.

Pauta-se também nos estudos decoloniais e reconhecemos a pluralidade conceitual e política no campo de ativismo relacionado à causa animal (CNPQ, 2026, s.p.)

Figura 2.

Logo do NALDEIA



A categoria de grupo de pesquisa, por si só, já é uma ferramenta para ajudar os estudantes indígenas nos processos de ingresso na pós-graduação, que, infelizmente, ainda se estruturam sob uma lógica individualista e competitiva, na qual aqueles que apresentam um currículo mais robusto em termos de produção acadêmica, se sobressaem sobre os demais. Como aponta Maurense (2019)

Tais práticas naturalizam o individualismo e criam uma associação direta entre produção de conhecimento e reconhecimento pessoal do pesquisador. Apesar do pesquisar envolver uma série de agenciamentos coletivos, que vão desde o cotidiano de trabalho até o compromisso com a sociedade, as recompensas são individuais, garantidas pela apresentação de um currículo “produtivo” em seleções, concursos, editais e progressões. O mesmo acontece com aqueles que publicam menos por inúmeras razões, entre elas, a complexidade dos temas eleitos, o baixo investimento em algumas áreas e o próprio excesso de trabalho. Na prática, eles são considerados desqualificados de um modo igualmente individualizado. (p. 4)

Entretanto, é fundamental reconhecer que a construção desse percurso acadêmico produtivo não se limita à dimensão estritamente acadêmica, sendo atravessada por condições

sociais e pessoais que influenciam diretamente as possibilidades para esse acesso. Portanto, qualquer elemento que contribua para a pontuação nesse processo, como o de participação em grupo de pesquisa devidamente validado, já é um passo para mais perto da entrada da pós-graduação.

Quanto a dinâmica do NALDEIA, os encontros são mensais, preferencialmente de forma presencial, no campus da UFSCar São Carlos, com a possibilidade de encontros remotos ou híbridos, de acordo com as circunstâncias e disponibilidade da maioria. Em cada encontro realiza-se a apresentação de um(a) pesquisador(a) ou de um grupo de pesquisadores(as) indígenas e/ou não indígenas, acerca de uma pesquisa em andamento ou já concluída, desde que vinculado à questão indígena. Paralelamente, desenvolve-se o estudo de um texto previamente selecionado e enviado pelo(s) responsável(is) pela apresentação. Os encontros também contemplam um espaço aberto para perguntas, debates e sugestões, buscando contribuir de forma coletiva e qualificada para o desenvolvimento dos trabalhos apresentados.

Opta-se por um posicionamento em formato de roda, não por mero recurso didático, mas sim como o resgate e respeito a uma tecnologia social ancestral de produção de conhecimentos. Historicamente, sentar-se em círculo, seja para debater, trabalhar ou partilhar o alimento, tem sido a metodologia viva pela qual povos originários exercitam a horizontalidade, a troca e a escuta mútua (Baniwa, 2019), garantindo que a construção do conhecimento e as tomadas de decisões ocorram de forma comunitária.

Ao final do encontro, promove-se um momento de convivência em torno da partilha de alimentos trazidos pelos(as) participantes, fortalecendo a dimensão comunitária do grupo. A partilha e a vida em comunidade é elemento fundamental para o Bem-viver dos povos indígenas (Markus, 2018). Como nos ensina Ailton Krenak (2020), o Bem-Viver pressupõe substituir a lógica ocidental do "desenvolvimento" individualista pelo "envolvimento" mútuo

com o coletivo. Assim, ao redor da mesa compartilhada, o alimento alimenta também o corpo social do grupo, transformando o encerramento do encontro em um ato de fortalecimento de vínculos.

Tabela 3

Temas de estudos no NALDEIA: 2025/2 - Atual

Mês/ano	Tems	Apresentador	Texto de estudo
Junho 2025	Corpos indígenas e Territórios	Rosijane Fernandes Moura - Indígena do povo Tukano	Capítulo “Gestão territorial de fato ou matapi disfarçado?”, da página 199 a 207, da obra “Ecologias Ressurgentes” - (Cardoso; Oliveira, 2024)
Agosto 2025	Subjetivando a resistência: modos de ser em um movimento indígena universitário	Tyfany Maia de Oliveira - Povo Tukano	Projeto de pesquisa: Subjetivando a resistência, modos de ser em um movimento indígena universitário
Setembro 2025	Autoafirmação política: Os protocolos de consulta autônomos indígenas frente à leniência estatal	Tiago Hartung	Direitos Indígenas ameaçados no Brasil - (Gersem Baniwa)
Novembro 2025	Gestão intercultural dos recursos hídricos e direitos indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira - AM	Jociel Vasconcelos - Povo Tariano	Gestão intercultural dos recursos hídricos e direitos indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira (AM) - (Projeto de monografia em desenvolvimento)
Dezembro 2025	Formas e conteúdos aos ‘Benzimentos’ do Rio Uaupés e transformações no Alto Rio Negro”	Túlio Soares - Povo Umekhorí-Mahsã e João Pedro Dessano.	Formas e conteúdos aos ‘Benzimentos’ do Rio Uaupés e transformações no Alto Rio Negro (Trabalho de Conclusão de Curso de Túlio Soares)
Março 2026	A prática social do brincar entre crianças indígenas e não indígenas no colégio de aplicação da UFSCar: Processos educativos interculturais na educação infantil.	Anacleide Dessana - Diakarapó	A prática social do brincar entre crianças indígenas e não indígenas no colégio de aplicação da UFSCar: Processos educativos interculturais na educação infantil. (Dissertação de mestrado de Anacleide Dessana)

Abril 2026	Estratégias não-formais de manutenção da língua Xavante na terra indígena de Pimentel Barbosa: uma abordagem da linguística popular.	Pontal - Xavante	Estratégias não-formais de manutenção da língua Xavante na terra indígena de Pimentel Barbosa: uma abordagem da linguística popular (Projeto de monografia em desenvolvimento)
Maio 2026	1.Lazer entre mãos solo estudantes de cursos de graduação da UFSCar: processos educativos decorrentes 2.Lutas indígenas na educação física escolar: processos educativos emergentes	1.Aparecida Ferreira - Povo Tariano; 2.Josiane Dias - Povo Kokama	1.Lazer entre mãos solo estudantes de cursos de graduação da UFSCar: processos educativos decorrentes 2.Lutas indígenas na educação física escolar: processos educativos emergentes (Projetos de monografia em desenvolvimento)

Nota. Dados obtidos da página oficial do NALDEIA no instagram (@naldeia.ufscar, 2026)

NALDEIA como Movimento Social e espaço de construção de si

No contexto introduzido, o NALDEIA se caracteriza, também, como movimento social que busca fortalecer identidades indígenas e ampliar sua representatividade e impacto no ambiente acadêmico. Segundo Castells (2006), os movimentos sociais constroem identidades a partir de três níveis: a identidade legitimadora, que é imposta pelas estruturas dominantes; a identidade de resistência, gerada pelos atores que se opõem a essa ordem; e a identidade de projeto, que propõe novas formas de ser e estar no mundo. O NALDEIA exemplifica essas dinâmicas: inserido em um cenário moldado por uma identidade legitimadora que historicamente marginalizou os povos originários, o movimento se mobiliza para construir sua identidade de resistência. Esta se manifesta na ruptura com o padrão excludente que afastava os indígenas e seus conhecimentos do ensino superior. A partir disso, o NALDEIA consolida sua identidade de projeto ao propor o “aldeamento” dos espaços universitários, projetando uma universidade em que os povos indígenas estejam plenamente integrados.

Tal movimento atravessa também os sujeitos participantes, incidindo sobre suas subjetividades. Estas, por sua vez, são concebidas em um processo contínuo de elaboração de si na relação com as normas e com os outros. É no movimento diante das condições históricas, sociais, políticas, ambientais e econômicas que se constituem os modos de subjetivação, compreendidos como práticas por meio das quais os sujeitos podem aderir, negociar, rejeitar ou resistir às normas e posições que lhes são impostas, em constante interação entre práticas de assujeitamento e práticas de si (Foucault, 1984), sendo a primeira relacionada às normas culturais e governamentais impostas, e a segunda à atitude crítica em relação as essas normas e governamentalidade. Tendo caráter coletivo, pois Neto (2017), ao estudar Foucault, nos explicita que a relação com nós mesmos não se restringe à nossa própria individualidade, mas inclui a relação que temos com os outros, na medida em que o outro também é parte constituinte de quem somos. Portanto, não há isolamento do sujeito, somos constituídos das relações que mantemos com os demais, o que confere às práticas de si um “caráter coletivo, institucional e político” (Neto, 2017, p.22).

A escolha teórica por Manuel Castells e Michel Foucault justifica-se pela necessidade de articular as dimensões macro e micropolíticas que atravessam o objeto deste estudo. Enquanto Castells fornece o arcabouço para compreender a dimensão coletiva e institucional das práticas do NALDEIA, mapeando como o movimento se organiza e transita entre as identidades de resistência e de projeto, Foucault nos permite ir em direção à dimensão analítica dos sujeitos, desvelando os modos de subjetivação que emergem dessas vivências. Assim, a articulação entre os autores viabiliza o alcance do objetivo desta pesquisa, pois permite investigar como as práticas coletivas e o horizonte político do movimento impactam as subjetividades dos participantes.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Compreender os modos de subjetivação de participantes de um movimento social de causa indígena na Universidade Federal de São Carlos.

Objetivos específicos

- Identificar as práticas do movimento;
- Identificar e analisar os modos de subjetivação dos participantes do movimento;
- Discutir como os modos de subjetivação desses participantes se relacionam com as práticas do movimento.

MÉTODO

Esta investigação define-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que se ocupa do "universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes", tratando de fenômenos sociais que não podem ser reduzidos a indicadores quantitativos (Minayo, 2007, p. 21).

Ademais, o estudo assume uma dimensão analítica, fundamentada no entendimento de que a análise é a etapa indispensável para "ir além do descrito" (Gomes, 2007, p. 80), promovendo uma decomposição dos dados para buscar as relações entre as partes e os sentidos subjacentes às falas e ações observadas. Conforme preconizam os autores, a análise qualitativa não se limita a uma classificação de opiniões, mas busca a descoberta de códigos sociais e a compreensão da lógica interna do grupo estudado (Minayo, 2007, p. 27), articulando o material empírico com a fundamentação teórica para produzir inferências e interpretações profundas.

Interlocutores

Nesta pesquisa, optei por referir-me às pessoas que colaboraram com seus relatos como interlocutores, e não meramente como "participantes". Esta escolha fundamenta-se, primeiramente, na necessidade de descolonizar a prática da pesquisa, conforme proposto por Smith (2018), reconhecendo que o termo "pesquisa" está historicamente vinculado a processos de extração e desumanização de comunidades. Clifford (2011), aponta, ainda, que essa mudança terminológica reflete uma transição na autoridade do pesquisador, que deixa de ser um observador onisciente para se tornar parte de um encontro discursivo. O termo "interlocutor" reconhece que o conhecimento produzido é negociado e construído em conjunto, por meio de uma autoridade dialógica. Dessa forma, o texto final busca ser uma construção polifônica, onde a voz do outro não é apenas um objeto de análise, mas a de um sujeito ativo que fala, responde e colabora na tecitura dos significados.

Considerando que esta pesquisa se dedica a analisar modos de subjetivação, interessa menos a extensão numérica da amostra e mais a densidade analítica das experiências relatadas. Parte-se do pressuposto de que os processos de subjetivação se constituem nas práticas e interações dos sujeitos, sendo possível apreendê-los por meio de uma investigação aprofundada das narrativas de um número reduzido de interlocutores.

Foram convidados a colaborar com a pesquisa membros do NALDEIA, dentre os quais foram selecionados sete interlocutores. Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: participar do grupo a pelo menos 6 meses e ter participado de 75% das reuniões a partir do período que entrou; e critérios de exclusão: não ter o tempo de participação e a presença mínima desejável.

Tabela 04

Caracterização dos interlocutores

Interlocutor	Sexo biológico	Nível de	Identificação
--------------	----------------	----------	---------------

		escolaridade	étnico-racial
1	Feminino	Pós-graduando	Indígena
2	Masculino	Pós-graduando	Indígena
3	Masculino	Graduando	Indígena
4	Masculino	Graduando	Indígena
5	Feminino	Pós-graduando	Indígena
6	Masculino	Graduando	Branco
7	Masculino	Graduando	Branco

A idade dos interlocutores variou entre 22 e 33 anos. Estão vinculados a cursos das áreas de Ciências Humanas, da Saúde e Ambientais. O ingresso na universidade compreende os anos entre 2017 e 2021.

Instrumentos

Os seguintes instrumentos foram elaborados pela própria pesquisadora e mantidos em local sigilo e seguro.

1. Convite para a pesquisa. Uma mensagem em texto foi compartilhada no grupo de WhatsApp “NALDEIA” a fim de apresentar a pesquisa. Continha o título do estudo, seu objetivo geral, os pré-requisitos para colaboração e o contato da pesquisadora.
2. Formulário de interesse em colaborar com a pesquisa juntamente com um questionário sociodemográfico disponível online em https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScTFIw7tN3uqkNLuvnQGgkk_8ZBMqMc54Z5uiRFSUtRJv-aXQ/viewform?usp=header (apêndice 1). O formulário foi feito via *GoogleForms* e divulgado juntamente com o convite. O objetivo foi recolher informações básicas (nome, gênero, cor, curso, telefone e email) para caracterização do interlocutor, assim como contato posterior com eles. Todos os dados foram

anonimizados, garantindo a confidencialidade das informações fornecidas.

3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das entrevistas (apêndice 2). Foi elaborado via *GoogleForms* e disponibilizada uma versão impressa. A coleta foi realizada em duas vias, uma das quais ficou em posse do interlocutor enquanto a outra ficou em posse da pesquisadora.
4. Roteiro das entrevistas semiestruturadas individuais (apêndice 3). Perguntas referentes a motivação de ingresso no grupo e percepção de atividades realizadas no grupo.

Além dos instrumentos citados acima, foi utilizado para o desenvolvimento da pesquisa: um *notebook*, para a realização de entrevistas online e para facilitar a análise dos dados coletados. Esse item é propriedade particular da pesquisadora.

Procedimentos

- a. Convite aos integrantes do movimento. A pesquisadora enviou no Grupo de WhatsApp “*NALDEIA*” – o grupo é aberto, e sua participação ocorre de forma voluntária por parte dos integrantes – o convite para colaboração na pesquisa juntamente com o formulário de interesse e sociodemográfico.
- b. Condução das entrevistas semiestruturadas individuais. A escolha desta técnica justifica-se pois permite ao entrevistado a liberdade de "discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada" pelo pesquisador (Minayo, 2007, p. 64). Segundo os autores, essa modalidade é um instrumento privilegiado na investigação qualitativa, pois possibilita o acesso a dados "subjetivos" que revelam a reflexão do próprio sujeito sobre sua realidade, incluindo suas crenças, valores e maneiras de sentir (Minayo, 2007, p. 65). Após a seleção dos interlocutores, a pesquisadora entrou em contato com os

interessados a fim de combinar um dia e horário comuns para a produção das informações, no qual todos optaram pelo formato *on-line*. De início, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e após sua concordância a entrevista foi feita. As entrevistas ocorreram com duração aproximada de 40 minutos cada. Essas entrevistas foram gravadas mediante consentimento dos interlocutores.

- c. Posteriormente, o material das entrevistas foi transcrito digitalmente a fim de facilitar a análise. Tanto as transcrições quanto as gravações das entrevistas foram armazenadas no Google Drive, em diretório com acesso restrito exclusivamente aos pesquisadores. A plataforma foi selecionada por oferecer armazenamento em nuvem com criptografia de dados e autenticação de dois fatores, garantindo a integridade e o sigilo das informações coletadas.
- d. Análise das entrevistas semiestruturadas individuais. Por fim, a partir do conteúdo gravado das entrevistas, foi conduzida uma análise temática a fim de ter um panorama geral das práticas do movimento que engendram processos de subjetivação. Segundo Braun e Clarke (2006), conforme citado em Souza (2019), a Análise Temática (AT) é um método de análise qualitativa de dados utilizado para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) dentro de um conjunto de dados. Optou-se por utilizar a análise temática indutiva, que é uma abordagem onde os dados guiam o processo de leitura, buscando identificar padrões e significados que emergem do próprio material (Braun & Clarke, 2006).

PRINCÍPIOS ÉTICOS

O presente projeto respeitou as normas e diretrizes éticas estabelecidas pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que enfatizam a necessidade de

consentimento livre e esclarecido, a proteção dos colaboradores e a ponderação entre riscos e benefícios. Adicionalmente, a pesquisa observou rigorosamente as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/18), assegurando que o tratamento, o armazenamento em ambiente digital seguro e o eventual descarte das informações sensíveis fossem realizados sob estritos protocolos de sigilo, visando à proteção da identidade e à privacidade dos interlocutores em todas as etapas do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise temática feita das transcrições das entrevistas semiestruturadas, puderam ser identificadas 4 categorias principais no que se refere às percepções emergentes das práticas do movimento: a) o grupo como espaço de afirmação das epistemologias indígenas e de produção de conhecimento decolonial, portanto uma reivindicação para *ocupar espaços simbólicos*; b) a defesa do acesso e permanência no ensino superior para indígenas e consequente representatividade nesses espaços, portanto uma reivindicação do *direito ao acesso*; c) o grupo como *espaço de apoio*, acolhimento e pertencimento, portanto um espaço de cuidado individual e coletivo; d) coletividade como fator fundamental para manutenção do movimento.

O grupo como espaço de afirmação das epistemologias indígenas e de produção de conhecimento decolonial

Na **categoria a**, o grupo NALDEIA, perante a invisibilidade das epistemologias indígenas, se mostrou um espaço importante para reivindicar esse lugar simbólico carregado de poder no mundo acadêmico: o lugar de um conhecimento válido e relevante. O lugar de uma ciência. Isso é feito em um processo de dar visibilidade aos autores e temáticas indígenas, como expresso na fala: “dentro do NALDEIA a gente teve oportunidade de estudar diversas obras de autoria indígena, que durante a graduação, ou até mesmo na pós, a gente

não encontra esses espaços.” (Interlocutor 1). O interlocutor 02 complementa:

No fundo é levar a visibilidade aos povos indígenas, seja com seu TCC, seja com seu mestrado, com doutorado, então de alguma forma a gente vai levar essa visibilidade, às vezes não estando lá no tema uma palavra indígena, mas só de você ser um pesquisador [enquanto pessoa indígena], pesquisando sobre algo que talvez não seja temática indígena, você já também está levando essa visibilidade, né. (entrevista, mês de 2025)

Isso, mediante um processo de (re)descoberta do papel de pesquisador indígena, pois muitos dos estudantes indígenas que participam do grupo, relataram não ser incentivados e não ter oportunidades de pesquisar temáticas indígenas, tão pouco usar autores indígenas para referencial teórico, como aponta o Interlocutor 05:

Fez eu abrir os olhos. Teve outro olhar diferente quando eu estava na graduação, porque na graduação você não tem essa visão de querer trabalhar com os autores indígenas porque os professores praticamente não trabalham, só trabalham com os autores não indígenas.

Isso é só um exemplo das consequências do apagamento epistemológico indígena no meio acadêmico, somado ao fato do ensino superior ser historicamente um lugar inacessível às populações minoritárias. Em grande parte, é preciso ter pessoas indígenas nas universidades, seja no corpo discente, seja no corpo docente, para, pelo menos, fomentar o tratamento de temáticas indígenas nos currículos e nas pesquisas. Essa presença é algo recente, que se potencializou com políticas de ações afirmativas, principalmente a partir da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, que instituiu a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio no Brasil (Brasil, 2012). Alinhado a esse cenário, destacam-se marcos recentes no reconhecimento intelectual dos povos indígenas. Entre eles, a eleição do escritor indígena e ativista ambiental

Ailton Krenak para a Academia Brasileira de Letras, em 2023 (Senado Federal do Brasil, 2023); a ascensão de lideranças indígenas nos âmbitos legislativo e executivo federal, com a eleição de Joênia Wapichana em 2018, seguida por Célia Xakriabá e Sônia Guajajara para a Câmara dos Deputados em 2022; além da criação do Ministério dos Povos Indígenas em 2023, regido majoritariamente por pessoas indígenas (Baniwa, 2025). Tais acontecimentos, entre outros das últimas duas décadas, configuram avanços significativos no reconhecimento intelectual dos povos indígenas.

O deslocamento do sujeito indígena de objeto de pesquisa para pesquisador, tem sido um processo gradual dos últimos anos, e é de grande importância e benefício aos povos originários, pois quem melhor para abordar questões que acometem as comunidades indígenas que os próprios indígenas? É isso que aponta o Interlocutor 03:

Eu acho que um grupo de indígenas falando de si mesmos e das suas comunidades, dos seus povos, tem muito a contribuir para a comunidade, já que são conhecimentos ancestrais, que passaram de geração em geração e há muito tempo estão aqui no lugar que a gente chama de Brasil. E é isso, agora está sendo escrito por nós mesmos, indígenas. Inclusive, tem poucos pesquisadores indígenas no momento, porque é algo muito novo. Então, o NALDEIA está contribuindo para isso, para formar esses pesquisadores indígenas. Muitas vezes, os não indígenas estavam falando pela gente, mas dessa vez agora a gente está conseguindo contribuir mais na pesquisa e estar mais presente no meio acadêmico.

As ações do NALDEIA foram/são um importante catalisador para causar essa mudança, principalmente na perspectiva dos estudantes indígenas, como expresso nos relatos dos Interlocutores 05 e 04 respectivamente:

Mudou muita coisa, mudou minha escrita um pouco, mudou meu olhar, como eu falei no começo, um olhar diferente, de trabalhar mais com os autores indígenas, que eu

não tinha nos anos anteriores, na graduação, e isso motiva, porque no momento que você trabalha com os indígenas, eles te motivam também.

Eu já observei trabalhos voltados à questão das pinturas, de cantos, de línguas, e nisso eu acho que o grupo [NALDEIA] acaba fazendo com que o aluno, o estudante indígena, desenvolva muito esse senso crítico de tentar revitalizar a nossa cultura, os nossos valores, principalmente os conhecimentos ancestrais. Sempre procurando trabalhar com nossos conhecimentos ancestrais, valores também.

Vale ressaltar que ser indígena não implica, automaticamente, ter consciência do verdadeiro lugar que uma ciência indígena pode e deve ocupar. Assim como todos, as pessoas indígenas estão sujeitas a normas que os orientam, ou melhor dizendo, a processos de assujeitamento. Que nesse contexto manifestam-se, sobretudo, nas estruturas acadêmicas tradicionais marcadas por currículos eurocêntricos, pela centralidade de autores não indígenas e pela limitação temática frequentemente imposta aos estudantes. Expressando concretamente a identidade legitimadora proposta por Manuel Castells (2006), na medida em que institui e reproduz padrões que sustentam a hegemonia de determinados modos de conhecimento em detrimento de outros. Esses elementos configuram o que Foucault compreende como formas de condução das condutas, isto é, modos pelos quais os sujeitos são orientados, nesse contexto, a pensar, pesquisar e produzir conhecimento segundo determinados regimes de verdade, evidenciando a força dessas estruturas na produção de subjetividades alinhadas à lógica dominante.

Em contrapartida, o NALDEIA emerge como um espaço de elaboração de práticas de si, no qual os estudantes indígenas passam a estabelecer uma relação crítica consigo mesmos e com tais regimes, reconfigurando suas posições no campo acadêmico. Isso constitui a identidade de resistência do movimento, que segundo Castells (2006), se trata da construção de sentidos e práticas por parte de sujeitos historicamente situados em posições

desfavorecidas frente às estruturas dominantes. E é justamente no entrelaçamento entre práticas de assujeitamento — normas — e práticas de si — autonomia — que ocorre o processo de subjetivação. O Interlocutor 01 ilustra essa reflexão:

O que antes eu pensava que o saber maior estaria, né, no conhecimento que eu iria adquirir na universidade, com o curso e todas as possibilidades que a universidade traz, mas o NALDEIA, ele trouxe o diferencial que está justamente no nome, né, que é libertador. É libertador no sentido de que a gente passa a valorizar mais a nossa ancestralidade, a colocar ela em evidência, para colocar ela em lugares que outras pessoas possam acessar, inclusive o nosso próprio povo e outros colegas, para que eles se sintam capazes de também se sentirem protagonistas dessa produção de conhecimento, que não é só a ciência ocidental, não é só esse modelo de produzir conhecimento, que ele é válido.

A palavra “libertador”, enunciada pelo Interlocutor 01, marca o processo de práticas de si vivenciado pelos membros do grupo, um processo de transformação interna motivada pelas práticas do coletivo, que promovem o empoderamento dos indígenas enquanto detentores de conhecimentos de seus povos, conhecimentos estes que merecem ser reconhecidos como válidos e legítimos. Essa noção de “libertação”, deve ser compreendida, não como uma ruptura total com as normas acadêmicas, mas como a possibilidade de estabelecer com elas uma relação crítica e autônoma. Em Foucault (2004), as práticas de liberdade não implicam a ausência de normas, mas o seu uso reflexivo e estratégico, em um processo de autogoverno:

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Eu sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de uma

maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

Assim, a “libertação” mencionada refere-se a reconfiguração da posição dos sujeitos dentro do campo acadêmico. Expresso na fala do Interlocutor 03: “Então, a gente está nesse espaço, quer dizer que nosso conhecimento é válido, é um conhecimento assim como qualquer outro.”

A defesa do acesso e permanência no ensino superior para indígenas

Na **categoria b**, parte-se do entendimento de que a valorização das epistemologias indígenas, bem como o surgimento e o reconhecimento de autores e pesquisadores indígenas ocorrem, em grande medida, dentro dos espaços acadêmicos, os quais estão associados à credibilidade e à validade na produção de conhecimento. Diante disto, o NALDEIA reforça um discurso em defesa do direito de acesso e permanência da população indígena ao ensino superior, da graduação à pós-graduação.

A efetivação desses direitos tem dependido do mesmo instrumento que historicamente os conquistou: a luta dos movimentos indígenas. Essa luta segue sendo fundamental para a vigilância, operacionalização e aprimoramento das políticas existentes, sobretudo porque a mera existência do direito não assegura sua efetiva implementação. Embora dispositivos legais, como a Lei nº 12.416, de 9 de junho de 2011, estabeleça que o atendimento aos povos indígenas, no âmbito da educação superior, deve se concretizar por meio da oferta de ensino, da assistência estudantil, bem como do estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de programas específicos (*Lei nº 12.416, 2011*), a previsão legal não se traduz por completo em condições concretas, principalmente para a pós-graduação, pois percebe-se que até o momento, o foco das ações afirmativas tem predominado no ingresso na graduação, relegando a segundo plano o acesso à pós-graduação (Aquino, 2025).

É nesse cenário que o NALDEIA se configura como uma resposta a essa lacuna, ao passo que os próprios sujeitos constroem alternativas e tensionam os limites das políticas existentes. Como expresso na fala do Interlocutor 04:

Porque a gente sabe que é bem difícil da gente conseguir caminhos políticos de ações afirmativas que façam com que o aluno indígena entre na pós-graduação, né? E o grupo é um dos caminhos que a gente segue nessa vida acadêmica, né?

O movimento não tem atuado apenas no plano discursivo, desempenhando um papel importante na viabilização da presença indígena na pós-graduação da UFSCar, através de iniciativas como o estudo de métodos de pesquisa, apoio e sugestões para escrita de projetos e ajuda na leitura, interpretação e cumprimento de requisitos dos editais dos processos seletivos. Como aponta o Interlocutor 01: “Uma ponte que faz com que a gente atravesse todas as nossas barreiras impostas e auto-impostas também, para se alcançar uma vaga, esse lugar, esse espaço dentro da pós-graduação”, e o Interlocutor 02: “Se não fosse o NALDEIA, a gente não estaria no mestrado e, então, assim, o NALDEIA para mim é uma ponte que liga para pós-graduação, então eu falo isso com um coração muito feliz.”

Além disso, o direito de acesso à pós-graduação é compreendida como estratégia para disputar o campo da produção de conhecimento, conferindo legitimidade às ciências indígenas por meio da apropriação crítica dos instrumentos acadêmicos ocidentais. Trata-se de um movimento de reexistência, no qual os estudantes utilizam os “aparatos” da universidade para afirmar saberes historicamente marginalizados. Como expresso nas falas dos Interlocutores 01 e 03, respectivamente:

Olhar adiante, né, olhar para essa continuidade [pós-graduação] como ferramenta e como oportunidade de continuar perpetuando os nossos conhecimentos, de colocar eles em lugar de igualdade com aquilo que nós aprendemos na universidade, que é tão difícil que a gente tenha participação ativa, voz, né, e ter essa

reafirmação dos nossos conhecimentos em consciência.

A gente está seguindo esse princípio de tomar nosso lugar de fala, de chegar nesse lugar que é um lugar de poder. Querendo ou não, a pós-graduação é ocupar uns espaços assim, ocupar uns espaços é que a gente tenha mais poder, é isso mesmo. Estar numa universidade, talvez ser professor de uma universidade, é um lugar de poder.

Assim, os estudantes indígenas reivindicam esse espaço, reorganizando suas formas de se perceber, de se posicionar e de projetar seus futuros. As falas evidenciam que o grupo os possibilitou a se imaginarem naquele lugar. A pós-graduação que aparecia um espaço distante, inacessível ou mesmo não destinado a esses sujeitos, agora parece ser alcançável, atuando sobre limitações subjetivas, permitindo que novos horizontes sejam pensados e desejados.

Isso evidencia uma das práticas que constrói a identidade de projeto do movimento, que segundo Castells (2006), ocorre quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, busca a transformação de toda a estrutura social. O NALDEIA, ao mobilizar elementos culturais, políticos e coletivos, contribui para a constituição de novos sujeitos sociais — indígenas pesquisadores, pós-graduandos e produtores de conhecimento — que não apenas passam a ocupar esses espaços, mas também a tensionar e reconfigurar suas dinâmicas, redefinindo, assim, as posições sociais historicamente atribuídas a esses sujeitos.

Mas não basta apenas acessar, é preciso permanecer, o que significa considerar dimensões que extrapolam o âmbito estritamente acadêmico, como moradia, alimentação, cuidado com filhos — quando é o caso —, tempo para lazer, saúde física e mental, etc... O Interlocutor 07 evidencia uma tensão importante no grupo sobre a dimensão simbólica e

material que sustentam a permanência universitária:

A gente podia estar discutindo como a gente vai tornar a vida do pessoal que está vindo, às vezes com a família, às vezes com o filho... vai tornar a vida deles hábil pra conseguir fazer um projeto de mestrado pra conseguir fazer um TCC, pra conseguir se formar num tempo certo. Então, eu acho o grupo devia ter uma... essa... uma estratégia de enfrentamento. Então vamos focar em resolver esse problema, talvez indo na câmara falar com algum vereador, protocolar algum projeto de lei, ou criando algum programa junto à universidade... Às vezes até fazer uma pesquisa mesmo assim. De como que anda a vida da população indígena, quanto são, como que anda a vida, quantos têm filhos. É... da onde a maioria vem, que talvez a resposta seja óbvia, mas enfim. É... Então, eu acho que isso é uma coisa que o grupo devia estar atento, né. Não só o grupo assim. É que o grupo como... como... é um grupo que fala de temática indígena, é... tem mais... né, que prestar atenção nisso. Mas a comunidade e a universidade em geral. (Interlocutor 07)

Ao enfatizar a necessidade de “tornar a vida ... hábil” para a realização das atividades acadêmicas, o Interlocutor desloca o foco para os aspectos concretos que sustentam (ou inviabilizam) a trajetória universitária. A demanda por uma atuação mais pragmática revela a necessidade de uma dimensão interventiva no interior do movimento, na qual a produção de conhecimento se articula à formulação de estratégias políticas voltadas à transformação das condições de permanência.

Ao mencionar a necessidade de diálogo com instâncias institucionais diversas, como o poder legislativo municipal e a própria universidade, a fala evidencia que a questão da permanência exige ações articuladas entre diferentes níveis de poder. Além disso, a proposição de realização de pesquisas sobre as condições de vida da população indígena aponta para o uso do conhecimento como instrumento político, capaz de fundamentar

reivindicações e subsidiar a construção de políticas públicas mais eficazes.

Assim, o direito à educação superior passa a ser reivindicado não como adaptação forçada ao modelo universitário hegemônico, mas como um processo de reconhecimento da diferença, apontado pelo Interlocutor 06:

Acho que a primeira coisa que me veio na cabeça é esse princípio do direito ao acesso mesmo, que a gente já comentou, né, que para além de acessar esse espaço de estudo, é acessar esse espaço de estudo que seja digno com a realidade da sua vida, né, que aí seja respeitando, meu, os seus hábitos da sua rotina, seja ela de onde você veio.

Como aponta Baniwa (2014), não basta a implementação de sistemas de cotas, é necessário complementá-los e fortalecê-los por meio de projetos e programas que assegurem apoio e acompanhamento aos acadêmicos indígenas, viabilizando o sucesso em todo o processo formativo.

O grupo como espaço de apoio, acolhimento e pertencimento, portanto um espaço de cuidado individual e coletivo

Mas para além das frentes de luta, da vigilância constante e da necessidade de afirmação diante de estruturas historicamente excludentes, o grupo também se constitui como um espaço de cuidado. Esse cuidado não é secundário às lutas, ele emerge como uma dimensão fundamental da sustentação da presença indígena na universidade. O Interlocutor 01 relata:

É um grupo de pesquisa formado majoritariamente por indígenas, então essa representação faz com que a gente se sinta mais confortável, para mim, por dois motivos, pela presença de outros indígenas, né, nesse espaço, e também por sentir que são professores apoiadores [não indígenas], que são realmente parceiros nossos, que vem nos acompanhando, que vem observando quais são as nossas fragilidades, quais são as nossas potências também.

A composição majoritariamente indígena do grupo, aparece na fala como um elemento central para a produção de conforto. Esse efeito pode ser compreendido pela ruptura com a condição recorrente vivida por estudantes indígenas em outros espaços acadêmicos, nos quais frequentemente ocupam posições de minoria. Além disso, a presença de não indígenas não se dá de forma neutra ou indiferente, configurando-se como um espaço de alianças interétnicas, marcada por posições claras de apoio e reconhecimento. Isso é reforçado pela fala do Interlocutor 02:

Além dos não indígenas também, aproximarem, né? Os que são, digamos assim, nossos amigos mesmo, né? Porque temos não indígenas que não querem nos ver na universidade, mas tem outros não indígenas que nos apoiam, admiram a nossa luta, admira a nossa singularidade, admira a nossa cultura, nossas línguas e etc.

Embora existam sujeitos que rejeitam a presença indígena na universidade, o coletivo se fortalece justamente pela convivência com aqueles que demonstram empatia e valorização das culturas, línguas e epistemologias indígenas em contraste com experiências de negação vividas em outros espaços.

O movimento então, se dá na troca entre pares e aliados, como relata o Interlocutor 05:

Eu me sinto motivada, me sinto feliz, eu estou ali perto de parente, mesmo que não seja de sangue, a gente está perto de parente, discutindo, ouvindo eles, é uma troca, é uma troca de conversa, um diálogo que está tendo, tanto com os indígenas, não-indígenas, como os professores que estão lá participando. Eu me sinto muito bem, eu me sinto acolhida. É o momento em que você põe ali, eu vou lá participar, não é porque é minha obrigação, não, eu vou lá porque eu quero, porque eu quero aprender mais.

O grupo passa a ser vivido como um espaço onde se está entre “parentes”, ainda que não haja laços consanguíneos, mas vínculos construídos pela experiência compartilhada, pela escuta e pela troca. Segundo Baniwa (2006):

O termo parente não significa que todos os indígenas sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global.

Essa configuração relacional produz efeitos importantes sobre a experiência no grupo, como transformar o engajamento em uma escolha atravessada pelo desejo, e não por uma obrigação institucional. Indicando que o vínculo com o coletivo não se sustenta apenas por sua função acadêmica, mas pela qualidade das relações que ali se estabelecem. Já sobre o acolhimento citado na fala, o Interlocutor 01 complementa:

Eu vejo o NALDEIA como um espaço muito acolhedor ... é um lugar que eu sei que eu sempre vou encontrar aquilo que eu preciso. Um auxílio, um direcionamento, um lugar de partilha ... Eu vejo o Naldeia como um ponto de apoio e um ponto também de partida, que é sempre um lugar de começos e possibilidades.

O NALDEIA cria um espaço no qual os estudantes podem compartilhar dificuldades, reconhecer vulnerabilidades, serem acolhidos e acolher os demais. A fala do Interlocutor 01 cita o “ponto de apoio” e o “ponto de partida”, que expressa importantes papéis do movimento: apoiar quem chega e impulsionar novos começos e possibilidades na universidade.

As falas também revelam que coletivo contribui para desindividualizar o sofrimento e reinscrevê-lo em uma dimensão política e coletiva. Como aponta o Interlocutor 03:

A gente fala também sobre permanência estudantil, a gente conversa sobre os nossos sentimentos, o que se passa na universidade, e eu percebi que é bem parecido para

todo mundo... Eu acho que o Naldeia também é um espaço de acolhimento. Então, às vezes nessas conversas que a gente tem, a pessoa percebe que ela não está sozinha ali, é um ambiente em que tem várias pessoas passando pela dificuldade que é fazer uma universidade, com um ensino que talvez não tenha sido tão bom quanto o de uma pessoa não indígena.

Perceber que as dificuldades são compartilhadas permite aos sujeitos compreenderem que experiências não exitosas são efeitos de um sistema educacional de nível superior pouco sensível a desigualdades históricas e não simplesmente resultantes de uma falha individual. Esse reconhecimento rompe com a lógica individualizante que frequentemente atravessa o espaço universitário e possibilita aos estudantes compreenderem que não estão sozinhos em suas vivências.

A dimensão do acolhimento também aparece nas falas dos não indígenas, como o do Interlocutor 06:

Me faz lembrar desse acolhimento mesmo, assim, que existe no NALDEIA. Desde o momento que você chega, né, desde olhares que você troca com as pessoas, boa noite que você dá, né, até o momento da partilha do alimento que tem na reunião. E as próprias reuniões, assim, né, elas me tocam um sentido tanto disso do acolhimento que em outros espaços não indígenas, grupos de estudo, né, seja um grupo de prática esportiva, seja um grupo de estudo, seja um grupo... É um acolhimento que a gente não vê, assim, não vê presente.

A troca dialogada e a partilha de alimentos carregam um significado que transcende a mera formalidade social. No horizonte do Bem-Viver indígena, a existência e o bem-estar dos sujeitos estão intrinsecamente condicionados à qualidade de suas relações com o coletivo (Krenak, 2020). Quando o interlocutor relata experimentar no NALDEIA um acolhimento "que a gente não vê presente" em outros espaços acadêmicos, ele evidencia uma relação

guiada pela lógica comunitária indígena, fundamentada na vida em comunidade, sendo a própria materialização do Bem-Viver.

Vivenciar esse modo de relação implica entrar em contato com outras racionalidades de convivência, no qual os sujeitos são subjetivados por práticas coletivas que desnaturalizam as formas hegemônicas de sociabilidade acadêmica. Ao adentrarem o NALDEIA, os sujeitos são expostos a diferentes processos que operam como práticas de cuidado de si e do outro, abrindo frestas para que novos modos de existência e de relação possam ser experimentados no ambiente acadêmico.

A subjetivação, portanto, não ocorre de maneira homogênea, mas se produz ativamente a partir das posições ocupadas pelos sujeitos nos regimes de saber-poder e dos tensionamentos que nelas operam. O NALDEIA, ao reunir sujeitos que ocupam diferentes posições sociais, étnicas e institucionais, não dissolve tais assimetrias. Pelo contrário, as diferenças permanecem tensionadas, atravessando os interlocutores a sua maneira e convocando-os a constantes deslocamentos em suas próprias formas de estar na universidade.

A coletividade como fator fundamental para a manutenção do movimento.

Todas as categorias descritas e desenvolvidas até aqui, só se tornam possíveis em razão de um esforço coletivo contínuo. A coletividade, aqui, se trata de uma prática cotidiana que acolhe, cuida, movimenta e, sobretudo, abre caminhos para aqueles que ainda virão.

A universidade tende a produzir sujeitos isolados, competitivos e responsáveis individualmente por suas trajetórias, o que Maurente (2019) define como o efeito de uma moral produtivista neoliberal que captura a formação acadêmica e engendra modos de subjetivação baseados na métrica e no desempenho individualizado. Sob o império do produtivismo, os estudantes deixam de se perceber como companheiros de uma jornada compartilhada e passam a se enxergar como concorrentes diretos por bolsas, publicações, prazos e prestígio acadêmico. Uma dinâmica mercantilizada que gera adoecimento,

sofrimento psíquico e isolamento social.

O NALDEIA, opera na contramão desse modelo, como expressa o Interlocutor 01 nas seguintes falas:

É fazer com que as nossas presenças, elas sejam reafirmadas na universidade, sobretudo na pós-graduação, e esse objetivo faz com que o coletivo, ele se torne mais unido, né, também, de que a gente, como povos que vivem essa coletividade, querem sempre ver o outro ao seu lado.

O mecanismo para você entrar na pós-graduação, ele é individual, mas a partir do momento que você está lá, você não quer mais que esse espaço seja somente individual, pelo menos foi assim para mim. Eu sempre estou desejando que as portas continuem abertas e agindo para que isso aconteça também.

Para os povos indígenas, a permanência na universidade não se resume a uma trajetória de sucesso individual, trata-se de um projeto coletivo de sobrevivência e afirmação política e intelectual. O “querer ver o outro ao seu lado” subverte radicalmente a premissa de que o espaço acadêmico deve ser uma arena de concorrência, e passa ser um ambiente onde a presença do outro não representa ameaça, mas fortalece sua agenda comum de luta.

Essa coletividade não apenas sustenta o movimento, mas atua como uma ferramenta de continuidade, garantindo que as conquistas não se esgotem em trajetórias singulares, mas se desdobrem na ampliação do acesso e na ocupação de espaços. O Interlocutor 05 aprofunda a dimensão de coletividade:

Toda vez que eu falo, eu não penso só nos meus filhos, eu penso em demais crianças também, que virão, por exemplo, aqui na oficina. Virão, porque eu preciso... colocar uma semente já para que venham depois as crianças, que virão estudar, também tem outras famílias.

A metáfora de “colocar uma semente” expressa uma ação no presente que visa

produzir efeitos no porvir, indicando que a atuação do coletivo não se restringe às demandas imediatas da pós-graduação. Trata-se de um compromisso com a criação de condições para que gerações futuras possam acessar e permanecer em um ensino superior que já esteja sensibilizado pela presença dos povos originários.

Essa continuidade coletiva se constrói por meio de articulações interculturais que ampliam as possibilidades de apoio. O NALDEIA reúne diferentes sujeitos: indígenas brasileiros, indígenas de outros países, pessoas negras, quilombolas e não indígenas. Que se articulam em torno de um projeto comum de transformação da universidade. Como expressa o Interlocutor 02:

Uma coisa também que é legal é que eu vejo no Naldeia... é isso de não ter só indígenas, mas também ter os não indígenas, né, tanto os branco como os pretos e quilombolas e outros indígenas também que não são do Brasil, né, então, assim, isso é muito rico, né, rico para o grupo mesmo, então, todos os que participam ali, sai ganhando, né, então, isso é muito bom, né, o grupo NALDEIA é literalmente intercultural, né, isso é muito forte.

A presença de sujeitos não indígenas comprometidos com o movimento também desloca a luta da condição de pauta exclusiva dos povos originários, transformando-a em responsabilidade coletiva e ampliando sua capacidade de incidência política na academia. Assim, a diversidade presente no grupo amplia sua potência, desestabilizando a lógica homogênea e monocultural historicamente predominante no ensino superior e reconfigurando os modos de compreender a universidade, a luta coletiva e a própria produção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada corrobora a literatura existente, como reitera Bergamaschi et al.

(2018) “a presença indígena no ensino superior promove a oportunidade de uma autorreflexão sobre o fazer da universidade, seu papel social e suas práticas pedagógicas, que permanecem majoritariamente homogêneas” (p. 50). Ao articular afirmação epistemológica, acesso e permanência, cuidado e acolhimento sobre o pilar da coletividade, o NALDEIA projeta possibilidades de uma universidade que não apenas abre portas à diversidade, mas a reconhece como autora de teorias e práxis legítimas no meio acadêmico. Como bem apontam Sompré e Putira Sacuena (2025), “é preciso revisar, incluir e promover espaços formativos interculturais em que os sistemas indígenas não sejam apresentados como empirismo ou crença popular, mas como sistemas epistêmicos validados cientificamente por milênios” (p. 12).

Considerando o objetivo proposto, os resultados indicam que o movimento atua principalmente na produção de modos de subjetivação vinculados à reafirmação da identidade indígena como portadora de conhecimentos válidos, bem como na desindividualização do sofrimento, impactando positivamente as condições de permanência dos estudantes indígenas. Evidencia-se, assim, o papel fundamental dos movimentos sociais diante de lacunas políticas: é por meio desse protagonismo que o público se torna agente ativo de transformação, tensionando, simbólica e materialmente, as verdades e normas que incidem sobre eles.

Por muito tempo a monocultura do projeto colonial, podendo ser entendida, segundo Geni Nunez (2022), como o agronegócio que degrada a terra ao impor uma única espécie como a soja ou o milho amarelo, a colonialidade tenta impor “monoculturas da fé, da sexualidade, dos afetos e do pensamento” (Nunez, 2022, p. 93). Portanto, é preciso um reflorestamento do imaginário, buscando abrir caminhos para a diversidade, assemelhando-se aos milhos originários guarani que possuem múltiplas cores e tamanhos, simbolizando a saúde da floresta que advém da pluralidade (Nunez, 2022).

Quanto às limitações do estudo, a amostra de interlocutores não abrangeu a totalidade

das etnias presentes no movimento e houve predominância de pessoas do gênero masculino. Compreendendo que os processos de subjetivação perpassam os sujeitos em suas singularidades, a inclusão de outros sujeitos de etnias, gênero e outras intersecções distintas, poderia revelar novos modos de subjetivação. Além do mais, o recorte deste estudo está inserido no contexto da Universidade Federal de São Carlos, e experiências em coletivos de outros ambientes acadêmicos pode apresentar características diferentes. Tais apontamentos se apresentam com um campo fecundo para futuras investigações.

Ressalvo ainda, que este estudo terá continuidade ainda este ano tendo em vista o apoio de bolsa de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Nº do processo 2025/23472-2), com a adoção de rodas de conversa como 2º instrumento de coleta de dados. As rodas são uma importante tecnologia de produção de conhecimentos para os povos indígenas e também para o meio acadêmico, pois, como aponta Moura e Moura (2014), esse dispositivo se configura como um espaço horizontal e democrático, que propicia a circulação da palavra e a produção coletiva de sentidos de forma acolhedora.

Interlocutora nº 08

Sou membro do NALDEIA e em consonância com as proposições do movimento, especialmente no que se refere à valorização de autores e epistemologias indígenas, reconheço que os principais referenciais teóricos que fundamentam esta pesquisa — relacionados à concepção de movimentos sociais e aos modos de subjetivação — são, oriundos de autores não indígenas. Essa escolha também precisa ser compreendida à luz da identidade legitimadora e práticas de assujeitamento que influenciam os referenciais teóricos difundidos e meu percurso formativo.

A utilização dos autores aqui mobilizados constitui uma escolha consciente, realizada nas condições acadêmicas e formativas a qual me encontro neste momento da pesquisa.

Trata-se do caminho que foi possível trilhar até aqui, reconhecendo que minha trajetória acadêmica está em permanente construção e que sigo em constante aprendizado e ampliação de repertório teórico.

Ao mesmo tempo, compreendo que o diálogo entre conhecimentos produzidos por autores não indígenas e aqueles elaborados por autores indígenas é possível. Não se trata de estabelecer hierarquias entre saberes, tampouco de propor substituições, mas de reconhecer que diferentes visões epistemológicas podem se complementar, enriquecendo e ampliando os horizontes interpretativos.

Assim, o percurso teórico adotado neste trabalho representa uma etapa dentro de um processo contínuo de formação, no qual a ampliação das referências indígenas permanece como horizonte e compromisso para os próximos caminhos de pesquisa. Afirmando a legitimidade de nossos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- Alves, R. (2008). *Ostra feliz não faz pérola*. Planeta do Brasil.
- Baniwa, G. J. S. L. (2019). *Educação escolar indígena no século XXI: Encantos e desencantos*. Mórula; Laced.
- Baniwa, G. L. (2006). *O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Ministério da Educação; SECAD; LACED/Museu Nacional/UFRJ.
- Baniwa, G. L. (2007). Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. *Tellus*, 7(12), 127–146.
- Baniwa, G. L. (2014). A lei de cotas e os povos indígenas: Mais um desafio para a diversidade. In CLACSO (Ed.), *Cadernos do pensamento crítico latino-americano* (Nº XXXV). FLACSO Brasil.
<https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/XXXVcadernopensamentocritico.pdf>.
- Baniwa, G. L. (2025). *Povos indígenas no Brasil*. Universidade de Brasília (UnB).
https://www.noticias.unb.br/images/Artigos/Povos_Indgenas_no_Brasil_2025.pdf.
- Bergamaschi, M. A., Doebber, M. B., & Brito, P. O. (2018). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: Um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(251), 37–53.
<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>.
- Castells, M. (2006). *O poder da identidade* (5ª ed.). Paz e Terra.
- Clifford, J. (2011). *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX* (J. R. S. Gonçalves, Org.; 4ª ed.). Editora UFRJ.
- Dal'Bó, T. L. (2010). *Construindo pontes: O ingresso de estudantes indígenas na UFSCar: Uma discussão sobre “cultura” e “conhecimento tradicional”* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCar.

- Fernandes, M. I. A., Lhuillier, D., Silva, M. V. O., & Barros, V. A. (2019). Universidade, produtivismo e sofrimento psíquico. *Psicologia USP*, 30, Artigo e180120. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180120>.
- Ferreira, J. L., Neto. (2017). A analítica da subjetivação em Michel Foucault. *Psicologia & Sociedade*, 29, Artigo e169255. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0255>.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres* (M. T. Albuquerque, Trad.). Graal.
- Foucault, M. (1995). Sobre a genealogia da ética: Uma revisão do trabalho. In D. Rabinow & H. Dreyfus (Eds.), *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)* (V. Portocarrero, Trad., pp. 231–249). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política* (M. B. Motta, Org.). Forense Universitária.
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333–361. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Lei nº 12.416, de 9 de junho de 2011.** (2011). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas. Diário Oficial da União.
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

- Markus, C. C. (2018). *As contribuições da concepção indígena do bem viver para a educação intercultural e descolonial* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. <http://hdl.handle.net/10183/184650>.
- Maurenre, V. S. (2019). Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: Subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, Artigo e180734. <https://doi.org/10.1590/Interface.180734>.
- Minayo, M. C. S. (Org.), Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2007). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (26ª ed.). Vozes
- Moura, A. C. T., & Moura, C. L. (2014). A roda de conversa como dispositivo metodológico na pesquisa qualitativa. *Revista de Psicologia da UNESP*, 13(1), 55–64.
- Munduruku, D. (2010). *Banquetes dos deuses: Conversa sobre a origem da cultura brasileira*. Angular.
- Munduruku, D. (2012). *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. Paulinas.
- Núñez, G. D. (2022). *Nhande ayvu é da cor da terra: Perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório BU-UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241036>
- Pereira, M. J. A., Braga, A. S., Lopes, C. B., Julião, D. A., Oliveira, F. S., Samias, F. G., Oliveira, G. H., Silva, G. D., Soares, G. F., Araújo, J. B., Jesus, J. A., Araújo, M. B., Santos, P. M. S., Souza, R. M., Bezerra, V. P., & Gomes, V. V. (2025). Processos educativos do Centro de Culturas Indígenas: Indiagem, acolhimento, desafio e conquista na Universidade Federal de São Carlos. *Científica Digital*, 7(1), e-1262.
- Schmidt, S. (2025). Via de mão dupla entre a universidade e a aldeia. *Revista Pesquisa FAPESP*, (351), 24–29. <https://revistapesquisa.fapesp.br>.

Senado Federal do Brasil. (2023, 9 de outubro). *Ailton Krenak é o primeiro indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras*. Rádio Senado.

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/10/09/ailton-krenak-e-o-primeiro-indigena-eleito-para-a-academia-brasileira-de-letas>.

Smith, L. T. (2018). *Descolonizando metodologias: Pesquisa e povos indígenas* (R. G. Barbosa, Trad.). Editora UFPR.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18–42.

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>